

Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC
Ata da 38ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor

A **38ª Reunião Ordinária** do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ocorreu no **dia 12 de março de 2026**, entre as 09h30 e 14h30, em formato híbrido, com parte dos participantes presentes no auditório do Prevfogo, localizado na sede do Ibama, em Brasília, e parte dos representantes participando por videoconferência, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Participantes

Membros do Comitê Gestor:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA

- João Paulo Capobianco (presidente)
- Aloisio Lopes Pereira de Melo (suplente)
- Lidiane Rocha de Oliveira Melo (titular)
- Érico Rial Pinto da Rocha (suplente)

Casa Civil da Presidência da República

- Adriano Santhiago de Oliveira (titular)

Ministério das Relações Exteriores

- Joan Frederick Baudet Ferreira França (titular)

Ministério da Agricultura e Pecuária

- Pedro Augusto Cunto de Almeida Machado (suplente)

Ministério da Fazenda

- José Pedro Bastos Neves (titular)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

- Julia Cortez da Cunha Cruz (titular)

Ministério das Minas e Energia

- Karina Araujo Sousa (titular)

Ministério do Planejamento e Orçamento

- Wesley Matheus de Oliveira (suplente)

Ministério das Cidades

- Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho (titular)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

- Jânio Oliveira Coutinho (suplente)

Ministério dos Povos Indígenas

- Elis do Nascimento Silva (titular)

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

- Maria Eduarda Nogueira Campos (titular)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Nelson Henrique Barbosa Filho (Titular)

Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

- Linda Mursawa (titular)
- Flávia Frangetto (suplente)

Organizações da Sociedade Civil Organizada

- Suely Araújo (titular)
- Natalie Unterstell (suplente)

Confederação Nacional da Indústria

- Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

- Rodrigo Justus de Brito (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

- Sandra Paula Bonetti (titular)

Trabalhadores da Área Urbana

- Eduardo Armond Cortes de Araújo (suplente)

Movimento Negro

- Gisele Brito (titular)

Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma)

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti
- Antonio Marcos Barreto

Outros participantes:

- Rodrigo Martins Vieira – Diretor do Departamento de Gestão de Fundos e Recursos Externos da Secretaria Executiva do MMA
- Roberto Alves Monteiro Junior – Coordenador-Geral Substituto de Gestão de Fundos do Departamento de Gestão de Fundos e Recursos Externos da Secretaria Executiva do MMA
- Maurício Guerra – Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/MMA

ABERTURA

O Presidente do Comitê Gestor, Secretário-Executivo do MMA, João Paulo Capobianco, iniciou a reunião cumprimentando a todos e dando as boas-vindas aos novos representantes. Solicitou a verificação do quórum, conduzida pelo Diretor Rodrigo Martins Vieira (DFRE/SECEX), que informou aos presentes que a reunião estava sendo gravada. Após a verificação do quórum, registrados 23 presentes, teve início a reunião.

PAUTA

A documentação referente à pauta foi enviada com o ofício de convocação com quinze dias de antecedência, conforme estabelecido nos incisos I e II, § 6º, do art. 14 do Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. A pauta foi aprovada por unanimidade, conforme transcrita abaixo:

1. Abertura e verificação do quórum

2. Aprovação da pauta
3. Aprovação da ata da 8ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor
4. Deliberação sobre o Relatório Anual referente aos recursos não reembolsáveis 2025 - MMA
5. Deliberação sobre o Relatório Anual referente aos recursos reembolsáveis 2025 - BNDES
6. Deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR 2026
7. Informes e conclusão

DELIBERAÇÕES

✓ Pauta

A pauta foi projetada e **aprovada por unanimidade**.

✓ Ata da 8ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor

A ata foi encaminhada aos representantes para avaliação prévia à convocação da reunião, não tendo sido apresentadas sugestões à Secretaria-Executiva do Comitê. Não havendo manifestações, a ata foi considerada aprovada.

Resultado: ata aprovada por unanimidade.

✓ Deliberação sobre o Relatório Anual 2025 - MMA

O presidente passou a palavra ao Diretor Rodrigo Vieira para fazer uma breve apresentação sobre o Relatório Anual de 2025 referente aos recursos não reembolsáveis. Na ocasião, foram apresentados dados orçamentários do Fundo Clima, cujo montante total superou R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 11.223.731.361,00 destinados a recursos reembolsáveis e R\$ 4.160.000,00 a recursos não reembolsáveis, além de crédito adicional de R\$ 2.805.932.839,00 liberado ao final do exercício. Foi mencionado ainda o empenho dos recursos para a remuneração do BNDES como agente financeiro do Fundo Clima, no valor de R\$ 7.493.922,00, bem como o pagamento de R\$ 6.266.144,00 referente a valores empenhados em exercício anterior. No que se refere aos recursos não reembolsáveis, destacou-se a execução integral do montante de R\$ 4.460.000,00 do Fundo Clima, bem como a alocação de R\$ 6.244.224,66 do orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para apoio a projetos do edital "Periferias Verdes Resilientes". Nesse contexto, foi informado o apoio aos quatro projetos mais bem classificados no edital, distribuídos pelas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, voltados à estruturação de iniciativas de adaptação climática em áreas urbanas vulneráveis, com foco em soluções baseadas na natureza, melhoria da drenagem urbana, redução de alagamentos e ilhas de calor, ampliação de áreas verdes e fortalecimento da participação comunitária, com impactos esperados na qualidade ambiental, na resiliência climática e na geração de benefícios sociais e econômicos nos territórios atendidos.

Finalizada a apresentação, o Presidente submeteu o Relatório Anual de 2025 referente ao MMA à apreciação dos membros do Comitê, destacando que o documento havia sido previamente encaminhado para análise. Não havendo manifestações, questionamentos ou solicitações de esclarecimentos adicionais, e inexistindo votos contrários ou abstenções, o relatório foi considerado aprovado por unanimidade pelos presentes.

Resultado: Relatório Anual 2025 - MMA aprovado por unanimidade.

✓ Deliberação sobre o Relatório Anual 2025 - BNDES

Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Diretor de Planejamento e Relações Institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, para apresentação do Relatório Anual 2025 do Fundo Clima/BNDES. Durante a exposição, foram destacados os principais resultados da execução do Fundo Clima, evidenciando a ampliação significativa de sua escala a partir de 2024. Nesse contexto, informou-se que, no exercício

de 2025, o Fundo contou com dotação orçamentária da ordem de R\$ 14 bilhões. Foram aprovados financiamentos no valor de R\$ 12,5 bilhões, contratados R\$ 8,8 bilhões e R\$ 6,78 bilhões foram efetivamente desembolsados.

Também foram apresentados dados sobre a distribuição setorial dos financiamentos, com destaque para os segmentos de etanol, conservação de florestas nativas e energia solar, bem como o aumento dos investimentos voltados à adaptação climática e ao desenvolvimento urbano sustentável. Ademais, ressaltou-se o efeito de alavancagem dos recursos do Fundo Clima, que contribuíram para viabilizar projetos que totalizaram aproximadamente R\$ 34,6 bilhões. Por fim, foram abordados aspectos relacionados à eficiência das operações, às emissões evitadas e às iniciativas complementares de fomento conduzidas pelo Banco, incluindo programas voltados a florestas, cidades sustentáveis e ao apoio a micro, pequenas e médias empresas.

Em seguida, o Presidente abriu a palavra para perguntas e manifestações referentes ao Relatório Anual de 2025 dos recursos reembolsáveis. No debate, foram levantadas considerações quanto à necessidade de aprimoramento dos indicadores de monitoramento e avaliação dos projetos financiados, especialmente no que se refere à padronização de métricas relacionadas às emissões evitadas, à geração de empregos e à classificação de riscos. Destacou-se, ainda, a importância de maior transparência e disponibilidade de dados, de modo a permitir o acompanhamento dos impactos das iniciativas, em especial no tocante à redução de vulnerabilidades e à adaptação climática. Também foram suscitadas reflexões sobre a efetividade dos investimentos na mitigação das desigualdades socioambientais, com ênfase na necessidade de assegurar que os recursos contribuam para a redução de áreas e populações em situação de risco. O representante dos trabalhadores, Eduardo Armond (CNTI), fez um comentário sobre a excessiva concentração em grandes projetos, notadamente em grandes plantas solares. Também pediu esclarecimentos específicos sobre o financiamento de um mineroduto pelo BNDES do projeto de extração de ferro da Gerdau em MG, tanto quanto ao impacto na geração de empregos na cadeia produtiva quanto à utilização de água, e solicitou ao BNDES os dados específicos deste projeto para análise posterior. Em resposta, registrou-se que as contribuições seriam consideradas no aprimoramento das metodologias e dos instrumentos de avaliação da execução do Fundo.

Não havendo outras manifestações, o relatório foi submetido à apreciação do colegiado, ocasião em que o Presidente consultou os presentes quanto à existência de manifestações contrárias à sua aprovação.

Resultado: Relatório Anual do Fundo Clima/BNDES 2025 aprovado por maioria, com um voto contrário da representante do Movimento Negro, Gisele Brito.

V Deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) 2026

Na sequência, o Presidente deu início à discussão sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR 2026, informando que o documento havia sido previamente encaminhado aos membros e que já contava com contribuições e sugestões de aprimoramento. Em seguida, passou a palavra ao Secretário Nacional de Mudança do Clima, Aloisio Melo, que destacou os principais aspectos da proposta, esclarecendo que o PAAR contempla a alocação orçamentária do Fundo Clima nas modalidades de recursos não reembolsáveis, executados pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e de recursos reembolsáveis, operacionalizados pelo BNDES. Ressaltou, ainda, que seriam apresentadas as principais inovações do plano, bem como a análise preliminar das contribuições recebidas, com indicação daquelas passíveis de acolhimento integral, parcial ou que demandariam maior discussão no âmbito do Comitê. Ao final de sua fala, passou a palavra ao Sr. Érico Rocha, Coordenador-Geral do Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima/MMA, para prosseguimento da

apresentação técnica.

O senhor Érico Rocha deu continuidade à apresentação técnica do Plano Anual de Aplicação de Recursos – PAAR 2026, abordando as informações orçamentárias do Fundo Clima nas modalidades reembolsável e não reembolsável. No âmbito dos recursos não reembolsáveis, foram detalhadas as diretrizes de alocação sugerindo a destinação de R\$ 5.950.000,00 para a celebração de instrumentos de repasse com as entidades selecionadas pelo Edital FNMC 1/2025 - Periferias Verdes Resilientes, de acordo com a classificação das propostas no processo de seleção. Em complemento, o Diretor Maurício Guerra, Diretor do Departamento de Meio Ambiente Urbano, da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental/MMA, apresentou informações sobre os projetos apoiados no âmbito do Edital FNMC 1/2025 - Periferias Verdes Resilientes, destacando a implementação de soluções baseadas na natureza em áreas urbanas vulneráveis, com foco na adaptação climática, com potencial de replicabilidade em outras regiões do país.

Na sequência, o senhor Érico apresentou os principais aprimoramentos propostos no âmbito do PAAR 2026: 1) a reorganização na seção de Diretrizes e Prioridades, com a divisão em três subtemas: i) Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima); (ii) Taxonomia Sustentável Brasileira e Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões; e (iii) Metas Aspiracionais. Sobre as metas aspiracionais, explicou a metodologia de trabalho do Grupo de Trabalho criado para discutir as metas durante 2025 e 2026, que conta com o apoio de consultoria contratada para subsidiar as discussões.

Em seguida, foram apresentadas as propostas de ajuste no PAAR. O senhor Érico destacou que, na versão do PAAR enviada aos representantes, foram incluídas alterações apresentadas pelo MMA e pelo BNDES. Propostas de alteração recebidas previamente dos membros do Comitê foram sistematizadas em uma planilha com indicação de acolhimento integral, parcial ou necessidade de discussão adicional. Encerrada essa etapa, o Presidente informou que seriam analisadas, na sequência, as contribuições recebidas, com abertura da planilha para debate entre os membros.

Foi apresentada uma planilha na qual foram sistematizadas as propostas encaminhadas pelos membros do Comitê Gestor, com indicação da posição preliminar da Secretaria Nacional de Mudança do Clima/MMA quanto ao seu acolhimento.

As primeiras contribuições avaliadas foram apresentadas pela Coalização Negra por Direitos e pela CNTI, com proposta de novo texto a ser incluído nas Diretrizes e Prioridades do PAAR. O MMA adaptou as sugestões com a seguinte redação:

“O Fundo também buscará apoiar projetos de adaptação e mitigação que promovam a justiça climática, o enfrentamento ao racismo ambiental e a resiliência aos impactos de eventos climáticos, incluindo áreas verdes urbanas, intervenções voltadas à redução de riscos de desastres e dos impactos sociais negativos, incluindo territórios de povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais, requalificação de áreas urbanas de risco e melhoria dos sistemas de gestão desses riscos. A implementação do PAAR deve guardar aderência aos conceitos de justiça climática e enfrentamento ao racismo ambiental, com base no estabelecido na Resolução CONAMA nº 511, de 19 de novembro de 2025. A resolução, em seu Artigo 1º, inciso I, define que a justiça climática é uma abordagem de combate às desigualdades socioambientais e de promoção dos direitos humanos no enfrentamento da mudança do clima, considerando especialmente os grupos vulnerabilizados, bem como a busca de uma distribuição justa dos investimentos e do tratamento de responsabilidades históricas pela mudança do clima e da proteção de garantias e direitos fundamentais. Por sua vez, o racismo ambiental consiste em discriminação institucionalizada envolvendo políticas, impactos ou diretrizes ambientais e climáticas que afetam ou prejudicam, por ação ou por omissão, indivíduos, grupos ou comunidades de forma diferenciada com base em raça ou cor.

Adicionalmente, os recursos do Fundo Clima podem ser alavanca para a promoção dos onze objetivos nacionais estabelecidos na Estratégia Transversal de Transição Justa e Justiça Climática, elaborada

como uma das Estratégias Transversais para Ação Climática do Plano Clima. Portanto, a promoção da justiça climática deve ser entendida como diretriz transversal no PAAR 2026”.

Em seguida, foi apresentada outra contribuição da Coalização Negra por Direitos que propôs a inclusão na Finalidade 1.1 do atendimento habitacional de pessoas desalojadas por empreendimentos financiados pelo Fundo Clima em observância à Resolução Conama 511/2025.

O Presidente propôs que fossem apresentadas todas as contribuições dos representantes para posterior avaliação em blocos.

Em seguida, passou-se à demanda apresentada pelo Observatório do Clima. Com base na sugestão enviada, o MMA e o BNDES propuseram a seguinte redação no trecho do PAAR que trata das Metas Aspiracionais:

“Em atenção à demanda por uma participação efetiva da Sociedade Civil na identificação de prioridades e melhor aplicação dos recursos reembolsáveis do Fundo Nacional de Mudança do Clima, bem como o foco na transformação do sistema econômico rumo à transição climática, o GT dará continuidade às discussões ao longo de 2026, com destaque para o estabelecimento de diretrizes para metodologia de priorização estratégica para seleção de projetos. Tais diretrizes poderão incluir, dentre outros, a contribuição para a redução de gases de GEE (quando se tratar de projetos com foco em mitigação), contribuição para aumento da resiliência climática e redução dos riscos climáticos, a eficiência na utilização dos recursos, tendo em vista os resultados esperados e recursos aplicados, e o alinhamento com o Plano Clima. Além disso, o GT também deverá estabelecer indicadores de acompanhamento de carteira que possibilite uma avaliação de alinhamento das aplicações em relação ao PAAR, bem como a relação custo-efetividade dos financiamentos. A entrega de relatório final com essas contribuições a ser levado à avaliação do Comitê Gestor do Fundo Clima é esperada para o 2º semestre de 2026.”

Foi apresentada outra sugestão do Observatório do Clima de excluir o CCUS das atividades financiáveis do Fundo Clima, com a recomendação do MMA de que não seja acatada.

Outra sugestão do Observatório do Clima foi apresentada no sentido de fortalecer a salvaguarda ambiental para projetos solares: *“4.1 Geração de energia solar em áreas degradadas, antropizadas ou previamente convertidas, sendo vedada a implantação de projetos que impliquem desmatamento ou conversão de vegetação nativa.”*

Outra contribuição apresentada pelo Observatório do Clima foi: *“Redução dos valores financiáveis por beneficiário. Inclusão de parágrafo na página 10, na parte referente à modalidade de financiamento reembolsável, limitando o valor máximo financiável por beneficiário a R\$200 milhões.”* A recomendação do MMA foi que essa sugestão não fosse acatada.

Por fim, o Observatório do Clima recomendou maior transparência nas operações do Fundo Clima e sugeriu que o Comitê Gestor se manifeste explicitamente sobre a necessidade de aperfeiçoar a sistemática de controle. A sugestão do MMA foi de que esse tema fosse discutido na reunião.

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) enviou três sugestões de inclusão no PAAR:

- 1) Na finalidade 2.6, incluir a previsão de financiamento da produção e de aquisição de maquinário adaptado às atividades produtivas da agricultura familiar; 2) incluir na nota de rodapé 18 de financiamento da produção e da aquisição de maquinário adaptado às atividades produtivas da agricultura familiar; e 3) incluir, na finalidade 3.1, aquisição de material rodante (vagões e locomotivas) e projetos de investimento em modernização da infraestrutura ferroviária existente e implantação de novas vias, desde que sejam considerados de contribuição substancial para a mitigação da mudança do clima, respectivamente pelas atividades H1 e H10 da Taxonomia

Com relação às primeiras duas sugestões do MDA, o MMA recomendou que não fossem acatadas. Com relação à terceira sugestão, o senhor Érico sugeriu avaliar junto com a sugestão encaminhada pela Confederação Nacional da Indústria, que também apresentou uma contribuição relacionada às ferrovias: "Gestão de logística de transporte de carga ferroviário, desenvolvimento tecnológico, aquisição e investimentos na capacidade produtiva para fabricação do material rodante ferroviário, aquisição de material rodante (vagões e locomotivas) e projetos de investimento em modernização da infraestrutura ferroviária existente". A sugestão do MMA foi que essas propostas fossem discutidas na reunião.

O Conselheiro Eduardo Armond (CNTI) apresentou três sugestões: 1) vedar financiamento de minerodutos por seu impacto ambiental no uso da água; 2) vedar o financiamento de lavra de mineração por seu impacto ambiental, 3) destinar 15% dos valores não reembolsáveis ao público-alvo definido na Resolução 115 do Conama. A recomendação do MMA foi não aceitar as sugestões.

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) apresentou duas sugestões: 1) Financiamento de Investimentos para a Adesão ao Programa Caminho Verde Brasil (antigo Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas Agropecuários e Florestais Sustentáveis); 2) Financiamento de Investimentos para a Recuperação de Solo no Rio Grande do Sul - Programa Operação 365, da Embrapa. A recomendação do MMA foi não aceitar as sugestões.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) apresentou quatro sugestões: 1) Incluir na finalidade 2.1 a eletrificação de processos industriais, substituição de combustíveis fósseis por vetores energéticos de baixo carbono e integração com sistemas industriais baseados em hidrogênio de baixo carbono; 2) Incluir na finalidade 2.2 soluções de economia circular industrial e reaproveitamento de resíduos e subprodutos industriais; 3) Na finalidade 2.7, prever o aumento substancial de eficiência energética e/ou redução de emissões diretas de gases de efeito estufa; 4) Na finalidade 3.3, incluir motocicletas entre os veículos listados. A recomendação do MMA foi de acatar as sugestões 1, 2 e 4 e sugerir uma redação alternativa para o item 2.7.

Por fim, a Secretaria Nacional de Mudança do Clima, em parceria com a Secretaria Nacional de Bioeconomia do MMA, apresentou três sugestões para o PAAR: 1) Incluir na finalidade 2.6 outros insumos agroecológicos ou certificados para produção orgânica, insumos farmacêuticos de ativos vegetais da biodiversidade brasileira e desenvolvimento de produtos e implantação de processos industriais que utilizem insumos oriundos da biodiversidade brasileira, incluindo para fins de alimentação; 2) Incluir na finalidade 4.2 a biomassa gerada por novas espécies da biodiversidade brasileira e 3) Incluir na finalidade 5 apoio a investimentos em unidades de conservação públicas, incluindo serviços de apoio à visitação.

O Secretário-Executivo, João Paulo Capobianco, abriu a palavra para os representantes, orientando que, no caso de concordância com a posição recomendada pelo MMA, não haveria necessidade de debate.

O representante dos Trabalhadores da Área Urbana, Eduardo Armond (CNTI), sugeriu que o financiamento para minerodutos fosse restrito a regiões em que não há restrições hídricas. Também reforçou sua posição de que 15% dos recursos reembolsáveis sejam reservados para o público-alvo da Resolução Conama 511 e para pequenas e médias empresas e pequenas propriedades rurais. No que tange ao financiamento para minerodutos, foi acatada a sugestão, com inclusão de nota de rodapé no texto do PAAR condicionando o financiamento de minerodutos ao alcance de índices substantivos de eficiência hídrica. Quanto à segunda sugestão, conforme explicitado anteriormente, a recomendação da maioria dos membros presentes foi não aceitar a sugestão, uma vez que, como explicado, cabe ao operador financeiro do Fundo a análise e a contratação de projetos.

A representante do Observatório do Clima, Suely Araújo, opinou que a redação proposta pelo MMA não atende às contribuições enviadas pelo OC para o PAAR, especificamente quanto à aprovação de um plano de gestão da carteira nos próximos sessenta dias. Não concordou com a sugestão de que o Grupo de Trabalho de Metas Aspiracionais traga recomendações para o PAAR 2027, pois avaliou que as alterações propostas devem ser implementadas ainda em 2026. Recomendou que fosse mantida a exclusão do CCUS, por avaliar que esse processo contribui para a expansão da exploração das fontes fósseis. Também manteve a posição de limitação dos valores por beneficiários, por reduzir a eficácia da política climática. Por fim, solicitou que o BNDES disponibilize maiores informações sobre os projetos aprovados e reprovados.

Mario Augusto Cardoso, CNI, defendeu a proposta da CNI de modernizar a estrutura da malha ferroviária e o material rodante, com o objetivo de migrar o transporte rodoviário para o ferroviário, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa.

O Presidente sugeriu que, com relação à questão dos minerodutos, o Comitê adotasse como condicionante a eficiência no uso dos recursos hídricos em eventuais projetos aprovados. Consultou o representante Eduardo Armond se estava de acordo. Como não houve concordância por parte do representante sobre esse encaminhamento, o Presidente sugeriu encaminhar para votação. Sobre a reserva de 15% dos recursos para o público-alvo da Resolução Conama 511 e para pequenas e médias empresas e pequenas propriedades rurais, o Presidente passou a palavra ao representante do BNDES, Nelson Barbosa, que se manifestou contrário à definição de uma porcentagem, porque poderia engessar a execução dos recursos. Destacou que o BNDES já está priorizando as regiões Norte e Nordeste e o apoio a pequenas e médias empresas. Também comentou a importância do Fundo Clima conseguir executar os recursos para garantir a continuidade da dotação orçamentária com valores significativos. O Presidente informou que esse item seria votado a seguir.

Acerca da posição apresentada pela representante Suely Araújo, o Presidente passou a palavra ao Secretário Aloisio Melo para esclarecimentos. Ele apontou que o mandato do Comitê é fornecer parâmetros que orientam a análise do Banco, mas não opinar sobre as análises de projetos individuais, gerenciar a carteira de projetos ou estabelecer limites nos valores dos projetos. O Secretário também comentou a questão do CCUS, que pode ser, sim, uma tecnologia relevante para mitigação em setores industriais de maior dificuldade de abatimento, enquanto não houver tecnologias mais adequadas e, por isso, propôs manter essa atividade no PAAR, avaliando que pode fazer diferença para esses setores.

O Presidente iniciou as votações focando nos temas que foram questionados pelos representantes. Inicialmente, colocou a proposta do MMA de que os projetos de minerodutos devem apresentar índice de reciclagem dos recursos hídricos igual ou superior a 90%. O representante Eduardo Armond, sugeriu o mínimo de 80%. A representante do Ministério de Minas e Energia, Karina Araújo Sousa, opinou que não deveria ser estabelecida uma porcentagem mínima, somente deveria ser definido que os projetos deverão prever a reutilização dos recursos hídricos. O representante do BNDES, Nelson Barbosa, informou que ainda não há parâmetros mínimos estabelecidos no BNDES e opinou que é necessário ter mais informação para balizar a decisão pelo Comitê. A representante suplente do Observatório do Clima, Natalie Unterstell, sugeriu que seja estabelecido um percentual mínimo no PAAR 2026 e que seja reavaliado na elaboração do PAAR 2027. A pedido do Presidente, o Secretário Aloisio Melo apresentou a seguinte proposta de redação: “O financiamento de minerodutos ficará condicionado ao alcance de índices substanciais de eficiência hídrica”, incluindo como nota de rodapé no PAAR. **Resultado: sugestão de texto do MMA aprovada com um voto contrário do Representante Eduardo Armond.**

Em seguida, o Presidente colocou em votação a segregação de 15% dos recursos do Fundo Clima para o financiamento do público-alvo da Resolução Conama 511 e para pequenas e Médias empresas e

pequenas propriedades rurais. **Resultado: proposta não aprovada, com votos favoráveis da representante titular do Observatório do Clima, Suely Araújo, e do representante suplente dos Trabalhadores Urbanos, Eduardo Armond.**

Com relação ao plano de gestão da carteira de projetos do Fundo Clima, o Presidente apontou que foi explicado que essa não é uma competência do Comitê Gestor e submeteu o pleito à votação. **Resultado: proposta não aprovada, com votos favoráveis da representante da Contag, Sandra Paula Bonetti, Gisele Brito (Movimento Negro), Eduardo Armond (Trabalhadores da Área Urbana), e Suely Araújo (Observatório do Clima).**

Em seguida, o Presidente colocou em votação a proposta de exclusão do financiamento ao CCUS pelo Fundo Clima. **Resultado: proposta não aprovada, com votos favoráveis dos representantes Sandra Paula Bonetti (Contag), Gisele Brito (Movimento Negro), Eduardo Armond (Trabalhadores da Área Urbana), e Suely Araújo (Observatório do Clima).**

Foi colocada na sequência em votação a proposta do Observatório do Clima de estabelecer um limite de valor por financiamento. **Resultado: Proposta não aprovada. Votaram a favor: Sandra Paula Bonetti (Contag), Gisele Brito (Movimento Negro), Eduardo Armond (Trabalhadores da Área Urbana), Suely Araújo (Observatório do Clima) e Linda Murasawa, do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.**

Com relação às ferrovias, foi apresentada uma redação alternativa para inclusão no PAAR, apresentada pelo Ministério dos Transportes: “Gestão de logística de transporte de carga ferroviário, desenvolvimento tecnológico, aquisição e investimentos na capacidade produtiva para fabricação do material rodante ferroviário e aquisição de material rodante (vagões e locomotivas), desde que sejam considerados de contribuição substancial para mitigação da mudança do clima, respectivamente pelas categorias H1 e H10 da Taxonomia Sustentável Brasileira, com redução do período de transição previsto nas categorias elencadas.” Esclareceu-se que o apoio deverá considerar a contribuição substancial prevista pelas categorias H1 e H10 da Taxonomia Sustentável Brasileira, sendo que alguns itens associados à transição (notadamente os critérios C e D da H1) devem ser considerados elegíveis até 2045. **Resultado: aprovado por unanimidade.** Registrou-se que esse prazo de transição é muito alongado e indicou-se que, em revisão futura do PAAR, deverá ser avaliada proposta visando a redução desse período de transição para as operações elegíveis ao Fundo Clima.

A representante titular do Ministério dos Povos Indígenas, Elis do Nascimento Silva, sugeriu a inclusão, na página 4 do PAAR, de povos indígenas e comunidades tradicionais, antes do texto sobre áreas verdes urbanas. O Presidente concordou e consultou os representantes. **Resultado: aprovado por unanimidade.**

No item 2.6, a senhora Elis sugeriu substituir o termo “bioeconomia” por “sociobioeconomia”. O Presidente argumentou que o conceito de sociobioeconomia já está contemplado no PAAR e que a taxonomia sustentável utiliza o termo “bioeconomia”. Consultou a representante sobre a possibilidade de manter o termo atual e ela concordou. A representante do MPI também sugeriu a inclusão de Pagamento por Serviços Ambientais na Finalidade 6 – Serviços e Inovação Verdes. Após consulta ao Secretário Aloisio Melo, o Presidente aprovou a inclusão, não havendo objeção dos demais representantes.

Em seguida, o Presidente abriu a palavra para manifestações dos representantes. A representante titular do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Julia Cortez da Cunha Cruz, fez referência à Finalidade 2 – Indústria Verde, na qual está previsto o financiamento de projetos de minerais críticos e estratégicos, que excetua o apoio à lavra. A representante informou que o MDIC entende que a lavra, quando associada ao beneficiamento, é positiva para o desenvolvimento de cadeias relevantes para a transição energética. Sugeriu que, se o Comitê Gestor decidir por excluir a lavra, seja somente a lavra quando não acompanhada da etapa de beneficiamento. O Presidente

relatou que o MMA tem buscado garantir a transição ecológica e a inovação no Fundo Clima – em sua visão, atividades de lavra não têm essa característica, além de contarem com outras fontes de financiamento. Destacou que, para inclusão de lavra, o Comitê teria de adotar uma série de salvaguardas.

A representante Karina Araújo Sousa, do Ministério de Minas e Energia, concordou com a posição defendida pelo MDIC e avaliou que, ao apoiar a lavra, o Fundo Clima poderia contribuir para processos social e ambientalmente adequados, garantindo as salvaguardas necessárias. Destacou que a Taxonomia Sustentável Brasileira inclui a mineração entre as atividades listadas, incluindo a extração, pois essas atividades são essenciais para a transição energética.

O Secretário Aloisio Melo manifestou preocupação de que, ao apoiar a lavra acompanhada de beneficiamento, sejam incluídos processos de beneficiamento demasiadamente elementares, que não resultem efetivamente em insumos que contribuam para a transição energética e a descarbonização.

O representante titular do BNDES, Nelson Barbosa, destacou que alguns projetos de beneficiamento de minerais críticos apresentados ao Fundo Clima serão inviabilizados caso a lavra não seja autorizada. Sugeriu que, além das salvaguardas ambientais, sejam estabelecidos critérios de agregação de valor no país para a aprovação de projetos.

A representante titular do Movimento Negro, Gisele Brito, alertou sobre os impactos dos projetos de lavra em comunidades locais, indo contra os princípios de justiça climática.

O representante suplente dos Trabalhadores Urbanos, Eduardo Armond, e a representante titular do Observatório do Clima se manifestaram de forma contrária à inclusão da permissão de lavra no PAAR.

O representante titular da CNI, Mario Augusto Cardoso, alinhando-se aos posicionamentos do MDIC, do MME e do BNDES, manifestou-se de forma favorável à inclusão da possibilidade de lavra nos projetos de financiamento de minérios estratégicos.

Concluídas as manifestações dos representantes, o Presidente apresentou a proposta de manter, em um primeiro momento, o texto sobre mineração conforme apresentado na proposta de PAAR circulada aos membros, com o compromisso de enviar um texto alternativo ainda ao PAAR 2026, levando em consideração as colocações dos representantes sobre o tema de lavra, para apreciação do Comitê Gestor em reunião extraordinária a ser agendada tempestivamente para a aludida inclusão, após a conclusão dos debates técnicos necessários.

O representante titular do Ministério da Agricultura, Pedro Cunto, solicitou reconsideração do MMA sobre a proposta do MAPA de inclusão do financiamento de projetos do Programa Caminho Verde Brasil, de recuperação de pastagens degradadas. O Presidente reconheceu o mérito do programa, mas argumentou que os projetos nessa linha contam com outros recursos, incluindo aqueles do segundo leilão do Programa Eco Invest Brasil. Além disso, argumentou que haveria a necessidade de abrir uma nova Finalidade no PAAR para acatar o pleito. Por isso, solicitou que essa proposta ficasse para discussão acerca da inclusão no PAAR de 2027. O representante do MAPA concordou com o encaminhamento e solicitou que o MMA organizasse uma agenda de reuniões para tratar do assunto.

O representante suplente do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Jânio Oliveira Coutinho, propôs incluir a possibilidade de aquisição de maquinário adaptado para agricultura familiar. O Presidente refletiu que o PAAR já engloba adaptação tecnológica de maquinário e que não é recomendável reservar recursos para uma atividade específica, por mais meritória que seja. O Secretário Aloisio Melo confirmou que a adaptação de equipamentos já está contemplada na Finalidade 2.2 – Indústria Verde do PAAR.

Em seguida, o Presidente passou a palavra para a representante do Ministério de Minas e Energia, Karina Araújo Sousa, para abordar a proposta relativa ao item 4.1 – Geração de energia solar, na qual foi incluída a previsão de serem implantadas preferencialmente em áreas degradadas. Ela informou a posição contrária do MME quanto à vedação de projetos que impliquem desmatamento ou conversão da vegetação nativa e ponderou que o PAAR já contém diretrizes que levam à seleção de propostas que não causem danos ambientais, para além das salvaguardas estabelecidas pelo BNDES.

O representante titular do BNDES, Nelson Barbosa, explicou que o BNDES avalia que o termo “preferencialmente” permitirá que, no futuro, o Conselho Monetário Nacional possa autorizar o incentivo, por meio de juros mais baratos, a empreendimentos solares em áreas degradadas. Também se manifestou contrário à vedação de projetos que impliquem desmatamento ou conversão de vegetação nativa. Ele alertou que essa condição pode impedir o acesso aos recursos por micro e pequenas empresas.

A representante suplente do Observatório do Clima, Natalie Unterstell, defendeu a manutenção da vedação a projetos que resultem na supressão da vegetação, porque o Fundo Clima tem de estar alinhado com o compromisso do Brasil de desmatamento zero e de proteção dos biomas. Também apontou que devem ser consideradas as emissões líquidas dos projetos, considerando os ganhos e as perdas que eventualmente ocorram pela supressão de vegetação nativa. O representante dos Trabalhadores da Área Urbana, Eduardo Armond, concordou com a posição da representante Natalie.

O Presidente informou que a posição do MMA é que deve ser adotado o princípio de evitar o desmatamento – no entanto, com as informações disponíveis, o Comitê não teria os elementos necessários para mensurar o impacto dessa decisão na carteira de projetos do Fundo Clima. Informou que a preocupação consiste em como essa decisão pode impactar os projetos aprovados. Nesse sentido, sugeriu aprovar o texto conforme a versão do PAAR circulada para os membros e organizar agendas para discussão do assunto após a reunião do Comitê Gestor.

Não havendo mais contribuições dos representantes, o Presidente colocou em votação a proposta do Observatório do Clima, vedando a implantação de projetos que impliquem desmatamento ou conversão da vegetação nativa: **Resultado: rejeitada, registrando-se quatro votos favoráveis: Gisele Brito (Movimento Negro), Suely Araújo (Observatório do Clima), Sandra Paula Bonetti (Contag), e Flávia Frangetto, do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.** O Presidente orientou para retomar o assunto futuramente, a partir de análise técnica sobre os efeitos da vedação de supressão de vegetação nativa em projetos de empreendimento solar.

O Secretário Aloisio Melo consultou se as demais contribuições dos representantes e do MMA que constavam da planilha projetada, que não foram objeto de votação, bem como o texto do PAAR sobre o racismo ambiental e justiça climática, poderiam ser acatadas, incluindo a nota de rodapé com a definição de áreas degradadas. Como não houve manifestação dos representantes, as propostas foram consideradas aprovadas.

A representante suplente do Observatório do Clima, Natalie Unterstell, pediu avaliação sobre uma sugestão da OSC registrada na tabela, mas não apreciada pelo colegiado, que solicita maior transparência na publicação de informações sobre os projetos aprovados pelo Fundo Clima/BNDES.

O representante titular do BNDES, Nelson Barbosa, esclareceu que a divulgação de informações sobre os financiamentos, antes da contratação, depende de autorização do tomador dos recursos, por questão de sigilo. Também lembrou que nem todos os projetos aprovados são contratados.

O Presidente solicitou que constasse no PAAR a recomendação de que o BNDES busque autorização das empresas para divulgar informações sobre projetos aprovados em 2026.

Como não houve outras manifestações dos representantes, o Presidente colocou em votação o Plano

Anual de Aplicação de Recursos 2026, com os ajustes aprovados durante a reunião. Solicitou que os representantes contrários à aprovação do PAAR se manifestassem. **Resultado: Aprovado com dois votos contrários, da representante do Observatório do Clima, Suely Araújo, e do representante dos Trabalhadores Urbanos, Eduardo Armond.**

O Presidente concluiu a reunião com dois informes: 1) O MMA buscará alterar o decreto que regulamenta a composição do Comitê Gestor para incluir o Ministério dos Transportes, por solicitação daquele órgão e considerando que é um segmento com expressivo impacto nas emissões e; 2) será realizada reunião extraordinária do colegiado para deliberar sobre os temas de lavra e energia solar que ficaram pendentes de avaliação, a ser agendada oportunamente, quando da conclusão dos debates técnicos necessários.

Não havendo mais a tratar, a reunião foi encerrada às 14h32.